

# A TERRA SIGILLATA ITÁLICA DE MONTE MOLIÃO, LAGOS, PORTUGAL<sup>1</sup>

**Ana Margarida Arruda**

FLUL / UNIARQ e Centro de Estudos Clássicos  
a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

**Íris Dias**

FLUL / UNIARQ

## ABSTRACT

The extensive archaeological work carried out in Monte Molião since 2006 has shown a long diachrony of the site between the 4<sup>th</sup> century BC and the end of the 2<sup>nd</sup> century. The main building development that took place at the Flavian and Antonine times, concealed widely the previous constructions, namely the Julio-Claudian. Nevertheless, some archaeological data, such as italic *terra sigillata*, prove the permanence of human communities in Monte Molião that, since the Iron Age, lived there. The integrated study of this ceramic category, with the classification of ceramic fragments and respective shapes, it was taken into consideration the context of their collection, which enabled a better understanding of the consumption rhythms of the tableware in the beginning of the imperial phase, but also, to admit that the construction of some buildings may fall behind, at least, to the first half of the 1<sup>st</sup> century. The forms of the ceramic set correspond mainly to the Haltern Service I, despite the Service II being also present, which is not frequent in Algarve or in the rest of Portuguese territory, with the exception of Alcácer do Sal and somewhat Santarém as well.

**Keywords** – Italic *terra sigillata*, Algarve, Monte Molião, Roman period

## RESUMO

Os extensos trabalhos arqueológicos realizados em Monte Molião a partir de 2006 permitiram já esclarecer a diacronia da ocupação do sítio, localizada entre o século IV a.n.e. e os finais do II. O grande desenvolvimento construtivo que se verificou na época flávia e antonina ocultou, em grande parte, as construções imediatamente anteriores, concretamente júlio-cláudias. Contudo, alguns materiais arqueológicos, como é o caso da *terra sigillata* itálica, comprovam a permanência no local das comunidades humanas que, desde a Idade do Ferro, aí habitavam. O estudo integrado desta categoria cerâmica, com a integração dos fragmentos nas respectivas formas, teve sempre em atenção os contextos em que foram recuperados, tendo possibilitado uma leitura dos ritmos de consumo da cerâmica de mesa do início da fase imperial, mas também admitir que a construção de alguns edifícios pode recuar pelo menos para a primeira metade do século I. As formas integram-se maioritariamente no Serviço I de Haltern, apesar de o Serviço II estar também representado, o que não é frequente no Algarve nem, aliás, no restante território português, com excepção de Alcácer do Sal e, de algum modo, de Santarém.

**Palavras-chave** – *Terra sigillata* itálica, Algarve, Monte Molião, época romana

<sup>1</sup> Trabalho realizado no âmbito do Projecto “Monte Molião na Antiguidade”.

## 1. INTRODUÇÃO

As intervenções arqueológicas realizadas em Monte Molião, em Lagos, ao abrigo de um protocolo entre a Câmara Municipal de Lagos e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, permitiram a recolha de um considerável volume de informação sobre a sua ocupação humana deste importante sítio arqueológico durante a Antiguidade (Fig. 1). A referida informação está plasmada numa abundante quantidade de materiais arqueológicos e de estruturas construídas, bem como no reconhecimento de contextos específicos, que permitem conhecer, com relativo detalhe, a sua evolução diacrónica, assim como os ritmos de consumo dos produtos locais e importados (ARRUDA 2007; ARRUDA *et alii* 2008; ARRUDA e PEREIRA 2010; ARRUDA, SOUSA e LOURENÇO 2010; ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO 2010; ARRUDA *et alii* 2011; DETRY e ARRUDA 2013; ARRUDA e GOMES 2013; ARRUDA e SOUSA, 2012; SOUSA e ARRUDA, 2013; ARRUDA e VIEGAS 2016; PEREIRA e ARRUDA 2016; ARRUDA e PEREIRA 2017; SOUSA e ARRUDA 2014; VIEGAS e ARRUDA 2013; 2014).

A área intervencionada é já consideravelmente ampla (cerca de 2000 m<sup>2</sup>), e está distribuída por três sectores, A, B e C implantados a Este, a Sul e no topo (Fig. 2) da colina de forma elipsoidal localizada na margem esquerda da ribeira de Bensafirim. O primeiro e o último ofereceram importantes testemunhos da ocupação romana imperial, ainda que diferenciáveis do ponto de vista funcional. Assim, enquanto no Sector C os vestígios desta cronologia dizem respeito a actividades produtivas, designadamente de cerâmica comum (ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO 2010), os detectados no A correspondem a uma área habitacional (Fig. 3). Ambos, contudo, têm vindo a ser datados de um período localizado, *grosso modo*, entre os meados do século I e o último quartel do mesmo século, com prolongamento, no último caso, até aos finais do século II.

Neste contexto, importa referir que a ocupação do final da república e da primeira metade do século I não estão, em Monte Molião, tão bem documentadas como a imediatamente anterior, do século II a.n.e., nem da que, em termos cronológicos, se lhe seguiu, segunda metade do século I e centúria seguinte, sendo difícil associar ao júlio-cláudios quer construções quer unidades estratigráficas correspondentes à utilização de espaços concretos. Tal facto não será alheio à circunstância de muitas das evidências da “cidade” júlio-cláudia terem sido incorporadas ou destruídas em épocas posteriores, concretamente flávia e antonina, épocas tão bem representadas no sítio do ponto de vista construtivo. Assim, o estudo do conjunto da *terra sigillata* itálica do sítio revela-se da máxima importância, não apenas pelos materiais em si, já bem conhecidos do ponto de vista tipológico e com balizas cronológicas bem estabelecidas, mas principalmente porque permite afinar o faseamento estabelecido para a ocupação alto-imperial do sítio e, assim, compreender melhor o seu desenvolvimento urbanístico, sobretudo para um período para o qual são ainda muito esparsas as construções conhecidas.

Deve ainda referir-se que neste trabalho se estudaram apenas as peças com origem na península centro mediterrânea. Ficaram assim excluídas as que, apresentando morfologias itálicas, foram consideradas, através das características das pastas e dos engobes, produções sud-gálicas. O debate acerca do fabrico de vasos de “tipo itálico” nas oficinas do sul da Gália, reconhecido quer formalmente quer mesmo através de marcas de oleiros pisanos e aretinos, é grande e não cabe naturalmente no contexto deste trabalho. Ainda assim, vale a pena referir a existência, em Monte Molião, de peças sud-gálicas que exibem perfis itálicos, bem como de marcas de oleiros italianos, como é, por exemplo, o caso dos das oficinas de *Ateius*.

## 2. A TERRA SIGILLATA ITÁLICA DE MONTE MOLIÃO: MORFOLOGIAS, CRONOLOGIAS E CONTEXTOS

### 2.1. O conjunto

A *terra sigillata* itálica de Monte Molião é escassa, não em números absolutos, mas tendo em consideração a área escavada e, sobretudo, os outros conjuntos desta categoria de cerâmica de mesa. De facto, os 214 fragmentos oriundos da Península itálica, representam cerca de 5% do conjunto da *sigillata* de Monte Molião, o que contrasta, de forma flagrante, com os de origem gaulesa (70%) e até com os 20% da hispânica. O valor percentual de *sigillata* itálica apenas é paralelizável ao da Africana Clara A, que corresponde também a 5% do conjunto total (Fig. 4).

No conjunto de *terra sigillata* itálica recolhido até ao momento, contabilizaram-se 122 bordos e 50 fundos, a que podemos somar seis fragmentos de parede que, por apresentarem decoração, são também estudados neste trabalho.

A nível morfológico, constatamos alguma diversidade, tendo sido possível classificar, quanto à forma, 100 dos 122 bordos (Fig. 5).

### 2.2. As formas lisas

O prato **Conspectus 1**, de paredes oblíquas, está representado por três exemplares (18370, 21869, 22004 - Fig. 6, nº 1). É uma forma relativamente antiga dentro das produções itálicas, inspirando-se em protótipos de cerâmica campaniense. A cronologia da sua produção está balizada entre 40 e 15 a.n.e., como ficou provado, por exemplo em Bolsena e Magdalensberg (*CONSPECTUS* 1990: p. 52).

A sua recolha em nível de aterro, Unidade Estratigráfica [85], impede qualquer consideração sobre a datação da sua utilização no sítio.

Este tipo de prato é raro no Algarve, estando representado em Castro Marim por um único exemplar (VIEGAS 2011: p. 438 - 440, Estampa 82, nº1013). Nos restantes sítios do SO peninsular, também não abunda, havendo a registar uma peça no Castelo da Lousa (CARVALHO e MORAIS 2010: p. 139, Estampa III, nº 1). A sua presença na Alcáçova de Santarém deve, contudo, assinalar-se (VIEGAS 2003: p. 44; 47, nº 1270, 2613, 2614, 22769), onde regista, apesar de tudo, um valor considerável, oito, facto que pode explicar-se pela abundância desta categoria de *sigillata* na sede do *conventus scallabitanus*. A mesma justificação pode, por maioria de razões, ser aduzida para os fragmentos de Alcácer do Sal (quase uma dezena), sítio onde a *sigillata* itálica atinge valores até agora inigualáveis no território actualmente português, com um importante lote correspondendo ao serviço I de Haltern (SEPÚLVEDA, FARIA e FARIA 2000; VIEGAS 2014, Fig. 2 e 3). Em Lisboa, está publicado, até ao momento, apenas um prato deste tipo, proveniente da escavação da Casa dos Bicos (SEPÚLVEDA e AMARO, 2007: Fig. 8, nº 3)

Um único prato da forma **Conspectus 3.1** (1818), caracterizado pela parede alta, oblíqua e rematada por um bordo saliente, foi identificado (Fig. 6, nº 2). A forma tem surgindo de uma maneira geral numa percentagem reduzida, quer no Monte Molião quer em outros sítios algarvios já estudados (Faro e Castro Marim) (VIEGAS 2011: p. 132 e 508). É, em geral, integrável no período tardio da produção, datando já do século I. Outros sítios portugueses forneceram também escassos exemplares deste tipo de prato, podendo referir-se Lisboa, onde, nas escavações da Praça da Figueira, se recuperaram dois fragmentos, ambos, contudo, da variante 3.2. (BOLILA 2011: p. 45), Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 2 e 3) e Braga (MORAIS, 2005: p. 161), com um único exemplar, que, tal como em Monte Molião, se insere na variante 3.1.

O contexto de recolha da peça de Monte Molião é irrelevante para qualquer discussão do ponto de vista cronológico, uma vez que foi recuperada num estrato superficial UE [10].

Os pratos de paredes baixas, convexas e fundo plano **Conspectus 4** estão representados em Monte Molião por 11 fragmentos, um dos quais é integrável na sua variante mais simples, sem molduração, 4.2.1. (26141, Fig. 6, nº 3), que pode ser datada de um momento anterior à fundação de Oberaden. O primeiro é proveniente do estrato [112], correspondente a um grande derrube da estrutura Oeste dos Compartimentos 5 e 6, que selou essas divisões e que podemos datar dos últimos decénios do século I d.C. (PEREIRA e ARRUDA 2016: p. 158). Dos restantes, cinco foram recuperados na cisterna escavada no Sector C, cujos níveis inferiores podem ser datados de final de Augusto/Tibério, e outros dois foram recolhidos no Compartimento 8, U.E. [147], em grande parte utilizado durante a dinastia júlio-cláudia.

Este tipo de prato foi reconhecido no Algarve, concretamente em Faro, Balsa e em Castro Marim (VIEGAS 2011: p. 133, 292 e 440), mas sempre em percentagens muito reduzidas, tal como, aliás, parece suceder no interior alentejano, como os quatro exemplares do Castelo da Lousa comprovam (CARVALHO e MORAIS 2010: p. 139, Estampa III, nº 2-5), e até mesmo em Miróbriga, Chão de Salgados, onde apenas se recuperaram três fragmentos (QUARESMA 2012: p. 81). Parece ser mais abundante nos sítios do litoral ocidental da Península Ibérica, estando bem representado em Santarém, onde totaliza 18 exemplares (VIEGAS 2003: p. 48), mas também em Alcácer do Sal, onde ultrapassa a dezena (VIEGAS 2014: Fig. 2 e 3), em Lisboa, com sete na Praça da Figueira (BOLILA 2011: p. 45) e outros não contabilizados na Rua das Pedras Negras (SILVA 2010: p. 208), e ainda em Braga - oito exemplares (MORAIS 2005: p. 156).

O bordo 17394 (Fig. 6, nº 4), proveniente de U.E. [85], cabe no tipo **Conspectus 8.1.4**, com bons paralelos em Castro Marim. A forma é geralmente datada entre 30 a.C. e a primeira década do século I. Estas taças são consideravelmente mais raras nos sítios do centro e norte do actual território português, estando ausentes de Santarém e de Braga, estando representada por um único exemplar quer em Lisboa (BOLILA 2011: p. 46) quer em Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 2 e 3).

De Monte Molião são ainda provenientes seis pratos de bordo em aba pendente bem pronunciada, da forma **Conspectus 11**, variante 11.1 (Fig. 6, nº 5- 9), que se encontra bem representada nos horizontes de Dangstetten e Oberaden. Neste conjunto, surgem as variantes *Conspectus* 11.1.1, 11.1.3. e 11.1.4, distinguindo-se a última por uma maior molduração externa da parede (*CONSPECTUS* 1990: p. 70).

Dois exemplares foram recolhidos em contexto primário, concretamente na Rua A, do sector A, em estratos de base da Rua A, que ofereceram, sobretudo, materiais do século I. Os restantes são provenientes de unidades estratigráfica correspondente a aterros tardios, (U.E.s [28], [58]), estando, portanto, claramente fora do seu contexto original.

A forma, datada do reinado de Augusto, mais exactamente do início do século I (*CONSPECTUS* 1990: p. 70), é muito rara no território actualmente português, em geral, e no algarvio, em particular. Na área meridional, foi identificado um único prato deste tipo em Balsa (VIEGAS 2011: p. 291), contando-se para o restante território português com o que foi encontrado nas escavações da Praça da Figueira em Lisboa (BOLILA 2011: p. 47), com o de Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 2 e 3) e com os cinco do Castelo da Lousa (CARVALHO e MORAIS 2010: p. 139, Estampa III, nº 8-12).

A predominância da forma **Conspectus 12** no conjunto da terra *sigillata* de Monte Molião é muito evidente e deve destacar-se, totalizando 28 exemplares (Fig. 7 e 8, nº 10- 27). É um prato característico do serviço I de Haltern, sem evidências de uma produção estandardizada. À semelhança da forma anterior, também se encontra bem representada em Dangstetten e Oberaden (*CONSPECTUS* 1990: p.72). Trata-se de um prato de bordo triangular, pendente e pouco pronunciado. A variante *Conspectus* 12.2. (1889; 4217; 8126; 1576; 15551; 22009; 21619; 26140), caracterizada pela parede interna ligeiramente arqueada, é a mais abundante em Monte Molião,

com oito exemplares, um dos quais pode caber na sub-variante 12.2.2. (15551). A sua cronologia tem vindo a ser colocada na última década do século I a.n.e., podendo atingir os primeiros anos da nossa Era. Os pratos que fizemos corresponder à variante 12.1. são seis, todos integráveis a sub-variante 12.1.3. (959; 18246; 1937; 22002; 22003; 22931). Estão datados entre 15 e 10 a.n.e. (*CONSPECTUS* 1990: p. 72). Idêntica cronologia de produção e distribuição têm os sete pratos que incluímos na forma 12.3.1. (8844; 15552; 13265; 26085; 21623; 26131; 26129).

Infelizmente, a grande maioria dos exemplares desta forma foi recolhida em níveis de revolvimento, estando, portanto, fora do seu contexto primário. Apesar disso, três fragmentos foram registados em contextos que podem ser considerados da 1ª metade do século I, U.E.s [152], [217] e dos finais do 3º quartel da mesma centúria, U.E. [151]. A primeira cronologia, assumida com base na maioria do espólio recolhido nessa U.E., que engloba ânforas de tipo Dressel 1, Maña C2, Haltern 70 e Dressel 7/11, adapta-se razoavelmente bem à datação destes pratos. A segunda, contudo, não se ajusta à datação intrínseca da própria peça, uma vez que corresponde já à utilização do referido compartimento.

A forma é conhecida no Algarve, mas sempre em reduzidas quantidades, com exemplares em Faro, em Balsa e Castro Marim, dois, três e um fragmentos, respectivamente (VIEGAS 2011). Também em Miróbriga, Chão de Salgados, a sua presença é insignificante – duas peças (QUARESMA 2012: p. 81), o que não é neste caso surpreendente, dada a limitada presença de terra *sigillata* itálica. No restante actual território português, este tipo de prato é, apesar de tudo, mais comum, sendo uma das formas mais abundantes do Castelo da Lousa (CARVALHO e MORAIS: p.139, Estampa V), de Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO, 1975: p. 13), de Santarém (VIEGAS 2003: p. 51-52), de Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 2 e 3), de Braga (MORAIS 2005: p. 264) e de Lisboa – Praça da Figueira e Termas dos Cássios (BOLILA 2011: p. 48; SILVA 2012: p. 232).

Três fragmentos de bordo podem ser incluídos na forma **Conspectus 14** (Fig. 8, nº 28), mais concretamente na variante 1 (23851, 26952, 26096). Trata-se de uma taça de perfil acampanado que deve ser datada entre 15 a.n.e. e 10 (*CONSPECTUS* 1990: p. 76). Um deles é proveniente da U.E. [85], um aterro tardio, mas os dois restantes foram recolhidos em níveis conservados, permitindo assim algumas considerações de ordem cronológica. Falamos especificamente do que foi recuperado na cisterna, podendo assumir-se, assim, uma datação entre o final do reinado de Augusto e o início do de Tibério, o que concorda com a datação intrínseca da própria taça. O restante, recuperado na área habitacional escavada no sector A, concretamente no exterior do compartimento 11, pode, conjuntamente com os restantes materiais a ele associados, contribuir para o esclarecimento da cronologia da fundação do grande edifício que se desenvolve para Sul da Rua A.

O tipo é predominante no Castelo da Lousa (CARVALHO e MORAIS 2010: p.139, Estampa VI), apresentando boa representação em Santarém (VIEGAS 2003: p. 55) e em Alcácer do Sal (SEPÚLVEDA, FARIA e FARIA 2000; VIEGAS 2014, Fig. 2 e 3), surgindo também em Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO 1975: p. 14, Estampa II) e em Braga (MORAIS 2005: p. 160). A sua inexistência em Lisboa, pelo menos no conjunto da Praça da Figueira, poderá compreender-se pela fraca representatividade de formas integráveis no Serviço I de Haltern, em *Olisipo*. A frequência no Algarve é baixa, uma vez que para além do fragmento de Monte Molião, apenas se registou em Castro Marim e Balsa, com dois e um fragmentos, respectivamente.

Enquadrável já numa fase mais tardia destas importações itálicas, o designado serviço II de Haltern está aqui representado pelos típicos pratos da forma *Conspectus* 18 (com seis fragmentos) (Fig. 8, nº 29-34) e *Conspectus* 20 (Fig. 9, nº 35-41) sendo geralmente acompanhados pelas taças *Conspectus* 22, (Fig.9, nº 42-55).

A forma **Conspectus 18** remete para pratos de fundo plano e bordo vertical côncavo (*CONSPECTUS* 1990: p. 82). A variante mais comum, *Conspectus* 18.2, distingue-se pela molduração externa e pela repartição da parede interna (*CONSPECTUS* 1990: p. 82). Estas produções datam da última década antes da viragem da Era, evoluindo gradualmente para a forma *Conspectus* 20, mais simples, perdendo a repartição interna da parede.

Em Monte Molião, o tipo totaliza sete exemplares (26081; 3176; 26142; 8127; 26134; 8838; 3117), que podem ser incluídos na variante 18.2. Um destes fragmentos foi recolhido na U.E. [230], o que se torna importante para a discussão acerca da cronologia da construção de alguns edifícios, e um outro é proveniente da cisterna, cuja cronologia se centra no início do reinado Tibério. Os restantes são oriundos de unidades estratigráficas em que estão claramente descontextualizados.

No Algarve, estes pratos são dominantes em Faro, surgem também em Castro Marim e Balsa (VIEGAS 2011: p. 132, 293, 439). No litoral ocidental, surgem, de forma expressiva, em Alcácer do Sal (VIEGAS 2014), em Lisboa, na necrópole da Praça da Figueira (BOLILA 2011: p. 49), na da Rua dos Correiros (BUGALHÃO *et alii* 2013: p. 261), na sede do Banco de Portugal (SANTOS 2015: p. 31), e ainda em vários outros locais recolhidos na obra de Banha da Silva (2012), e em Santarém (VIEGAS 2003: p. 57 e 58). Na região centro, registe-se a sua presença em Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO 1975: p. 16) e, mais a norte, em Braga (MORAIS 2005: p. 158).

A forma **Conspectus 20** foi também reconhecida, com dois exemplares englobados na variante **Conspectus 20.4.**, com molduração sob o bordo na parede interna e externa, e que pode ainda, por vezes, apresentar decoração aplicada na parede externa (*CONSPECTUS* 1990: p. 86). A nível cronológico, esta forma surge, ainda que raramente, no reinado de Augusto, tendo maior expressão nos de Tibério e Cláudio, sendo a variante *Conspectus* 20.4 a forma mais comum em contextos de meados do séc. I (*ibidem*).

No que respeita a contextos, mais uma vez são poucos os fragmentos que foram registados em deposição primária ou, pelo menos, que permitam considerações relevantes.

Estes pratos do serviço II de Haltern correspondem a uma das formas mais bem representadas nos sítios romanos do actual território português, pelo que não surpreende a sua abundância nos sítios onde esta categoria cerâmica se documentou. No Algarve, Castro Marim, Balsa e Faro ofereceram 11, nove e dois pratos englobados neste tipo (VIEGAS 2011: p. 438, 291, 131). No litoral ocidental, registe-se os seis fragmentos de Miróbriga (QUARESMA 2012: p. 84), a dezena e meia de Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 3 e 4), os 16 oriundos da necrópole da Praça da Figueira (BOLILA 2011: p. 50), para além de outros recolhidos na dissertação de doutoramento de Banha da Silva (SILVA 2012) e os 13 de Santarém (VIEGAS 2003: p. 61). No norte de Portugal, a situação é idêntica, como fica evidenciado pelos 17 exemplares de Braga (MORAIS 2005: p. 161).

As taças que fazem parte do mesmo serviço (II de Haltern), **Conspectus 22**, apresentam uma forma cônica com o bordo vertical, côncavo e, frequentemente, uma decoração externa, em *guilhoché*.

São apesar de tudo numerosas contando com 20 exemplares (44, 346, 405, 1204, 1927, 3649, 4216, 5322, 8128, 8129, 8130, 8131, 15553, 17438, 18248, 18249, 21875, 22800, 23786, 26111). Não foi possível integrar a grande maioria dos fragmentos em nenhuma das variantes, havendo apenas um caso, 18248, em que tal se tornou possível tendo sido incluído no tipo 22.2. Mais uma vez, quase todos os fragmentos foram recolhidos em níveis que não oferecem uma datação análoga à que é atribuída à forma. A associação material desses níveis inviabiliza a possibilidade de eles estarem em deposição primária. O único caso que pode ser tido em consideração é o fragmento de bordo recolhido no estrato [261], contexto atribuído à 1ª fase imperial do Compartmento 11.

Tendo feito, como já dissemos, serviço com a forma anteriormente comentada, não é surpreendente que as ocorrências no território português sejam idênticas, tal como, aliás as suas percentagens relativas nesses contextos

A forma **Conspectus** 23 (Fig. 9 e 10, nº 56 e 57), concretamente na sua variante 2, corresponde igualmente a uma taça que resulta da evolução da forma anterior. O bordo é vertical, com molduração externa e interna, e os fundos podem ser planos ou cônicos. Geralmente apresentam ainda decoração aplicada na parede externa. Esta variante foi datada de meados do século I d.C. (*CONSPECTUS* 1990: p. 92).

Os cinco exemplares desta forma recolhidos em Monte Molião (18354, 18356, 21343, 22005, 26146) são provenientes da cisterna escavada no Sector C, que ofereceu, nos níveis de base, abundantes materiais da 1ª metade do século I, e ainda da Rua A, em estratos onde parecem estar descontextualizados.

Nos núcleos urbanos algarvios a forma está apenas representada, e escassamente, em Balsa (VIEGAS 2011: p. 293), sendo também rara em Lisboa (BOLILA 2011: p. 52), em Miróbriga, Chão de Salgados (QUARESMA 2012: p. 84), em Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 3), em Santarém (VIEGAS 2003: p. 67) e mesmo em Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO 1975: p. 15), não sendo a sua representação em Braga também especialmente relevante (MORAIS 2005: p. 158, 161)

Foram registados quatro fragmentos (1928; 26098; 26147; 26107) que apontam para a subforma **Conspectus** 33.2.1 (Fig. 10, nº 58 e 59), uma taça hemisférica com decoração sobre a parede externa e uma linha de molduração sob o bordo intervalando com faixas de *guilhoché*. A sua cronologia insere-se no período tardo-augustano, perdurando até aos inícios do séc. II d.C. (*CONSPECTUS* 1990: p. 110).

Não é improvável que estes exemplares estejam, efectivamente, em contexto primário, já que a totalidade das unidades onde foram recolhidos se integra na 1ª fase romano-imperial (1ª metade do século I), que é, em parte, coincidente com a cronologia da forma. Dos três fragmentos integrados neste tipo um é proveniente da U.E. [249], área anexa ao Compartimento 11, na qual se recolhe abundante espólio, nomeadamente uma fíbula de tipo *Aucissa*. Outro exemplar é proveniente do estrato [215], localizado na Rua B, que estava sob o potente estrato de utilização desse espaço de arruamento.

A forma é muito rara no ocidente, registando-se contudo, um exemplar em Alcácer do Sal (SEPÚLVEDA, FARIA e FARIA 2000: p.120), outro em Lisboa (BOLILA 2011: p.54) e outro ainda em Braga (MORAIS 2005: p. 161). Em Tróia, foram identificados dois fragmentos deste tipo de taça (FONSECA 2004: p. 431; SILVA 2010: p. 40). Nas cidades do Sul, Castro Marim e Balsa ofereceram também fragmentos integráveis nesta forma, destacando-se os quatro (ou cinco) do primeiro dos sítios (VIEGAS 2011: p. 438-439).

Identificámos ainda seis fragmentos de taças hemisféricas **Conspectus** 36 (4219, 4546, 6997, 8267, 13262, 21629), integráveis nas variantes 36.3 e 36.4. (Fig. 10, nº 60-63). A produção iniciou-se ainda no final do reinado de Augusto, mas a sua maior representatividade ocorreu durante o reinado de Tibério (*CONSPECTUS* 1990: p. 114). Infelizmente os contextos de recolha destas peças em Monte Molião não possibilitam conclusões relevantes do ponto de vista cronológico.

Não são frequentes no Algarve, estando representadas por um fragmento em Faro e outro em Castro Marim (VIEGAS 2011: p. 132, 438), o que contrasta não só com a situação do sítio de Lagos, mas também com a relativa abundância registada em Santarém (VIEGAS 2003: p. 72) e em Alcácer do Sal (SEPÚLVEDA, FARIA e FARIA 2000: p. 120; VIEGAS 2014: Fig. 3). Em Lisboa, a forma está representada por três fragmentos recolhidos na Praça da Figueira (BOLILA 2011: 55) e em Braga por dois (MORAIS: 2005: p. 161). No interior, o fragmento do Castelo da Lousa merece destaque (CARVALHO e MORAIS 2010: p. 140).

A taça hemisférica **Conspectus 38** foi reconhecida através da típica parede desta forma (Fig. 10, nº 64). Foi possível atribuir esta classificação devido à decoração que a peça apresenta no bojo. Esta forma ostenta asas anelares e decoração em *guilhoché* no corpo do recipiente. A sua produção remete para o reinado de Augusto e início do de Tibério (*CONSPECTUS* 1990 p. 118), sendo este fragmento proveniente dos estratos da 1ª fase ocupacional romano-imperial do sítio.

Este tipo de taças é rara no ocidente, estando ausente de Santarém e de Alcácer do Sal, tendo sido, contudo, registada em Braga através de um único exemplar (MORAIS 2005: p. 161). Apenas no Castelo da Lousa a sua presença é mais significativa, com cinco peças (CARVALHO e MORAIS 2010: p. 140).

Com algumas reservas classificámo-lo como **Conspectus 50.3** o bordo 22979 (Fig.10, nº 65), que foi recuperado na Rua A. A estes copos, de perfil cilíndrico, é atribuída uma cronologia balizada entre os reinados de Augusto e o de Tibério (*CONSPECTUS* 1990: p. 138).

No Algarve, estão presentes em Castro Marim e Balsa (VIEGAS 2011: p.293, 439), ainda que com apenas um exemplar. Na fachada ocidental, foram reconhecidos seis destes copos em Santarém (VIEGAS 2003: p. 74), dois em Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 3), um em Tróia (FONSECA 2004), um em Lisboa, na Praça da Figueira (BOLILA 2011: p.56) e outro ainda em Braga (MORAIS 2005: p. 161).

### 2.3. As formas decoradas

Relativamente a formas decoradas foram identificados nove fragmentos de parede, mas apenas a dois deles foi possível atribuir uma classificação formal, uma vez que os restantes apresentam escassa dimensão. A própria decoração é apenas visível, não tendo sido possível averiguar os motivos e sobretudo as suas composições.

Os que permitiram classificação integram-se nos tipos **Conspectus R.4.** e **Conspectus R.10.** O primeiro (10832), pertenceu a um cálice datado do reinado de Tibério, podendo prolongar-se ainda ligeiramente (*CONSPECTUS* 1990: p. 172). A forma é rara no actual território português, estando ausente dos sítios algarvios. Não foi também encontrada em Lisboa, nem em Alcácer do Sal, mas está presente em Santarém (VIEGAS 2003: p. 78), em Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO 1975: p. 7) e em Braga (MORAIS 2005: p. 150), mas sempre em pequenas quantidades, dois, um e um, respectivamente.

Mais rara ainda é a forma **Conspectus R.10.**, onde incluímos o fragmento nº 4225. Trata-se ainda de cálices do reinado de Tibério (*CONSPECTUS* 1990: p. 180), que, nos sítios portugueses, apenas foi encontrada em Braga (MORAIS 2005: p. 150).

Dois pés correspondem às formas **Conspectus R.2.** (21624- Fig. 10, nº 66) e **R.9.** (2082- Fig. 10, nº 67). A cronologia da primeira aponta para meados a finais de Augusto, enquanto a produção da segunda remete para os reinados de Tibério e Cláudio (*CONSPECTUS* 1990: p. 168-178).

Os cálices R.2. fazem parte do conteúdo dos inventários da Alcáçova de Santarém (VIEGAS 2003: p. 76), de Braga (MORAIS 2005: p. 150), do Castelo da Lousa (CARVALHO e MORAIS 2010: p. 141) e de Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO 1975: p. 7). Porém, estão completamente ausentes dos sítios algarvios.

A forma **Conspectus R.9.** é também desconhecida no Algarve, havendo escasso registo deste cálice em Lisboa (BOLILA 2011: p. 58), em Santarém (VIEGAS 2003: p. 79) e em Braga (MORAIS 2005: p. 150).



#### 2.4. As marcas de oleiro

No conjunto da *terra sigillata* itálica de Monte Molião identificaram-se três fragmentos que ostentavam marca de oleiro, dos quais dois permitiram leitura. Em nenhum dos casos pudemos associar a forma do vaso a que teriam pertencido.

Num fundo interno (16222), em cartela rectangular, lê-se CHRIISTI, que fazemos corresponder à oficina do oleiro C. CHRESTIVS (OCK, 550), apesar de esta grafia exacta não estar ainda atestada. Desconhece-se a localização concreta deste *atelier*, admitindo-se, ainda que com reserva, que terá laborado durante o reinado de Augusto.

A outra marca legível foi impressa, em cartela rectangular, na parede de um vaso cuja forma não podemos classificar. As letras EPO são perfeitamente perceptíveis, e permitem admitir que correspondam ao oleiro AEPOI (OCK, 3) ou EPO( ) (OCK, 772), ambos centro-italianos, que laboraram entre 10 a.ne. e o século I.

Nº	Forma	Leitura	Oleiro	OCK	Origem	Local na peça	Caixilho	Cronologia
-	Indeterminado	EPO	+EPO	3	Centro de Itália	Fundo Interno	Rectangular	10 a.C.- 10 d.C.
<b>16222</b>	Indeterminado	(?)HRIISTI	CRESTVS	553. 4	?	Fundo Interno	Rectangular	15 a.C.- 15 d.C.

### 3. A TERRA SIGILLATA ITÁLICA DE MONTE MOLIÃO NA DIACRONIA DE OCUPAÇÃO DO SÍTIO

Embora o conjunto de *terra sigillata* itálica de Monte Molião seja limitado, quando comparado com a totalidade de materiais recolhidos até ao momento (cerca de 27000 peças), o seu estudo permite avaliar melhor um momento de ocupação que não está ainda suficientemente bem documentado no sítio, concretamente o júlio-claúdio (Fig. 11).

Infelizmente, e como fizemos por diversas vezes referência ao longo das páginas anteriores, muitos dos fragmentos estudados são provenientes de estratos de aterro de revolvimento. Outros porém foram encontrados em contextos primários. Assim, e para além do significado cronológico intrínseco de todas e de cada uma das peças, tornou-se claro que alguns edifícios, concretamente os que se desenvolvem para Sul da Rua A, mas também a Oeste, podem ter sido erguidos em época pré-flávia, sobre as potentes construções republicanas.

Voltamos aqui a insistir no facto de o núcleo urbano que se desenvolveu na margem esquerda da ribeira de Bensafrim ter assistido a alterações sensíveis, mas extensas e profundas, a partir da segunda metade do século I, o que implicou que as estruturas imediatamente anteriores tenham sido incorporadas nas novas construções, ou modificadas e, em certos casos, destruídas por elas. Porém, a presença de diversos materiais datáveis dos primeiros anos do império, concretamente o conjunto numismático (MUCCIOLI 2015), o das lucernas (PEREIRA e ARRUDA 2005) ou o de paredes finas (SOUSA e ARRUDA, *no prelo*), sempre, contudo, muito inferiores em número às republicanas e às flávias e antoninas, já deixava antever que nos alvares do 1º milénio o sítio permanecia ocupado, mantendo considerável pujança, mesmo que do ponto de vista arquitectónico esta realidade não seja por ora completamente clara

Outro argumento que pode ser chamado à colação para amparar uma prolongada utilização das estruturas romano-imperiais do Sector A é o facto de algumas das construções romano-republicanas terem sido mantidas na planimetria imperial. Com efeito, o traçado urbano parece manter-se de um para o outro período, conservando-se os mesmos espaços de circulação e os destinados à

habitação. Não é, pois, improvável que a edificação dos primeiros edifícios alto-imperiais seja consideravelmente antiga, podendo recuar para momentos anteriores à segunda metade do século I d.C., como foi até agora considerada (PEREIRA e ARRUDA 2016: p. 156).

Infelizmente, os contextos que permitem obter dados acerca da cronologia da construção dos edifícios romanos de Monte Molião são escassos, sendo, como é compreensível, abundantes aqueles que documentam o momento final da sua utilização e também os da sua inutilização / abandono. Na sua grande maioria, correspondem a valas fundacionais que foram abertas e seladas em um curto espaço de tempo. Os materiais que as integram estariam incorporados nos sedimentos que foram escavados para a sua abertura e que foram, posteriormente, usados na sua colmatação. É o caso, por exemplo, da UE [223], que corresponde à vala de fundação da parede Norte dos Compartimentos 5 e 6 [114], e que ofereceu um pequeno, mas sugestivo, conjunto de materiais cerâmicos, maioritariamente republicanos, relativamente antigos - finais do século II a.n.e./inícios do 1 a.n.e. (ânforas dos tipos Carmona, Tiñosa e Maña C2, estas últimas de produção norte-africana, cerâmica de tipo Kuass integráveis na forma IX de Niveau e fragmentos de cerâmicas comuns, correspondentes a tigelas, taças, potes alguidares). A presença nesta mesma UE de um fragmento de parede (e portanto sem forma e sem cronologia atribuível) de *terra sigillata* itálica não deixa de ser sugestiva, sobretudo porque permite admitir que estas construções foram erguidas ainda na primeira metade do século I, ou nos finais do anterior, o que, aliás, já se podia admitir tendo em consideração alguns materiais recuperados nos níveis mais inferiores do Compartimento 5, como é o caso da moeda augustana de *Carisius* (MUCCIOLI 2015: p. 59-60, 143). Seguro é o facto de a última ocupação destes poder datar-se do último quartel do século I d.C.

Um estrato escavado na Rua A foi associado, com algumas reservas, a este mesmo contexto (construção do edifício a Sul, que integra os Compartimentos 5 e 6). Trata-se da UE [230], onde se recolheu um fragmento de *terra sigillata* itálica (26134, Fig. 8, nº 31) que foi integrado na forma *Conspectus* 18.2, datável da última década antes da viragem da Era, mas que, vários contextos do Sudoeste peninsular, como Castro Marim, Balsa, Faro (VIEGAS 2011: p. 131, 291,438), *Baelo Claudia* (BOURGEOIS e MAYET 1991: p. 23-26), mas também da fachada ocidental, como Lisboa (BOLILA 2011: p. 49) e Alcáçova de Santarém (VIEGAS 2003: p. 57), bem como ainda da capital da Província (BUSTAMANTE 2011: p. 166, Fig. 4), lhe conferem uma cronologia do reinado de Tibério.

Também o fragmento de bordo da U.E. [152] do Compartimento 8, identificado com a forma *Conspectus* 12.1, que oferece uma datação integrável entre os meados e o final do reinado de Augusto, parece ajustar-se a este contexto, uma vez que, e para além da peça supra mencionada, nele foram registadas ânforas de tipo Dressel 1, Maña C2, Haltern 70 e Dressel 7/11.

Outro contexto bem datado (reinado de Tibério) é o que corresponde aos primeiros níveis de colmatação da cisterna escavada no Sector C, que ofereceu vários (22) fragmentos de *terra sigillata* itálica, compatível com esta cronologia, bem como abundante cerâmica comum.

#### **4. A SIGILLATA ITÁLICA DE MONTE MOLIÃO NO QUADRO REGIONAL E MAIS ALÉM**

O conjunto de *terra sigillata* itálica de Monte Molião revela algumas particularidades que parece importante também discutir. Em primeiro lugar, destaca-se a sua relativa antiguidade face aos já conhecidos no Algarve, concretamente os de Castro Marim, Balsa e Faro (VIEGAS 2010: p. 528-530). De facto, e como se pode apreciar em 2., dominam no sítio do Barlavento as morfologias augustanas e tiberianas concretamente as que integram o Serviço I de Haltern, de que se destacam, neste caso, os pratos da forma *Conspectus* 12, insignificantes nas cidades mais orientais. Os próprios recipientes integrados em *Conspectus* 4 e 11 são também significativos em termos

numéricos, sobretudo se tivermos em consideração a inexistência da última em Castro Marim e Faro, sendo rara em Balsa (*ibidem*). Não pudemos deixar de notar neste contexto a escassez das taças da forma *Conspectus* 8, que conjuntamente com os pratos *Conspectus* 12 formam o referido Serviço. Esta é uma realidade que se aproxima da dos sítios da fachada ocidental, como Santarém (VIEGAS 2003) e muito especialmente de Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 3), onde aliás a raridade das taças *Conspectus* 8 também é evidente.

O Serviço II, dominante nas restantes cidades algarvias, sendo muito mais raro, está, no entanto, presente, sendo maioritárias as taças da forma *Conspectus* 22, mostrando-se os pratos *Conspectus* 18 e *Conspectus* 20 muito menos frequentes. Uma vez mais, parece estar aqui reproduzido o perfil de Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 3), em termos percentuais, ainda que, não nos tenhamos esquecido que neste caso, e ao contrário de Monte Molião, a *terra sigillata* itálica prevaleça sobre a restante.

Assim, e para o povoado do rio de Lagos, esta escassez de cerâmica de mesa itálica da época cláudia e do reinado de Nero deve justificar-se pelas importações maciças de produtos sud-gálicos, cuja chegada ao Barlavento algarvio se iniciou num momento consideravelmente precoce, concretamente no reinado de Tibério, incorporando ainda muitas formas de tipo itálico.

## BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A. (2007): *Laccobriga*. In *A ocupação romana na baía de Lagos*. Catálogo da Exposição: 7-47. Lagos, Câmara Municipal.
- ARRUDA, A.; GOMES, F. (2013): O Monte Molião (Lagos), no Baixo Império: um epifenómeno. *Conimbriga*, LII, p. 147-163.
- ARRUDA, A. e PEREIRA, C. (2010): Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época romana-republicana. *Xelb* 10: 695-716.
- ARRUDA, A.; PEREIRA, A. (2017): A cerâmica de cozinha Africana de Monte Molião (Lagos, Portugal) e o seu enquadramento regional. *Onoba*, 5, p. 21-43.
- ARRUDA, A. e SOUSA, E. (2012): Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL*, 21: 93-133.
- ARRUDA, A.; SOUSA, E.; BARGÃO, P. e LOURENÇO, P. (2008): Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. *Xelb* 8, I: 137-168.
- ARRUDA, A.; SOUSA, E.; PEREIRA, C. e LOURENÇO, P. (2011): Monte Molião: um sítio púnico-gaditano no Algarve (Portugal). *Conimbriga* L: 5-32.
- ARRUDA, A.; SOUSA, E. e LOURENÇO, P. (2010): A necrópole romana de Monte Molião (Lagos). *Xelb* 10: 267-284.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2016): As ânforas alto-imperiais de Monte Molião. In R. 14 JÁRREGA e P. BERNI (Eds.) – *Amphorae ex hispania: paisajes de producción y consumo*. Tarragona: Instituto Catalán de Arqueologia Clásica, p. 446-463.
- ARRUDA, A.; VIEGAS, C. e BARGÃO, P. (2010): A cerâmica comum de produção local do Monte Molião. *Xelb* 10: 285-304.
- BOLILA, C. (2011): *A Terra Sigillata de tipo itálico da Praça da Figueira (Lisboa)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre. Policopiada.
- BOURGEOIS, A. e MAYET, F. (1991) - Les sigillées. In *Fouilles de Belo*, VI. Casa de Velázquez, 14. Paris.

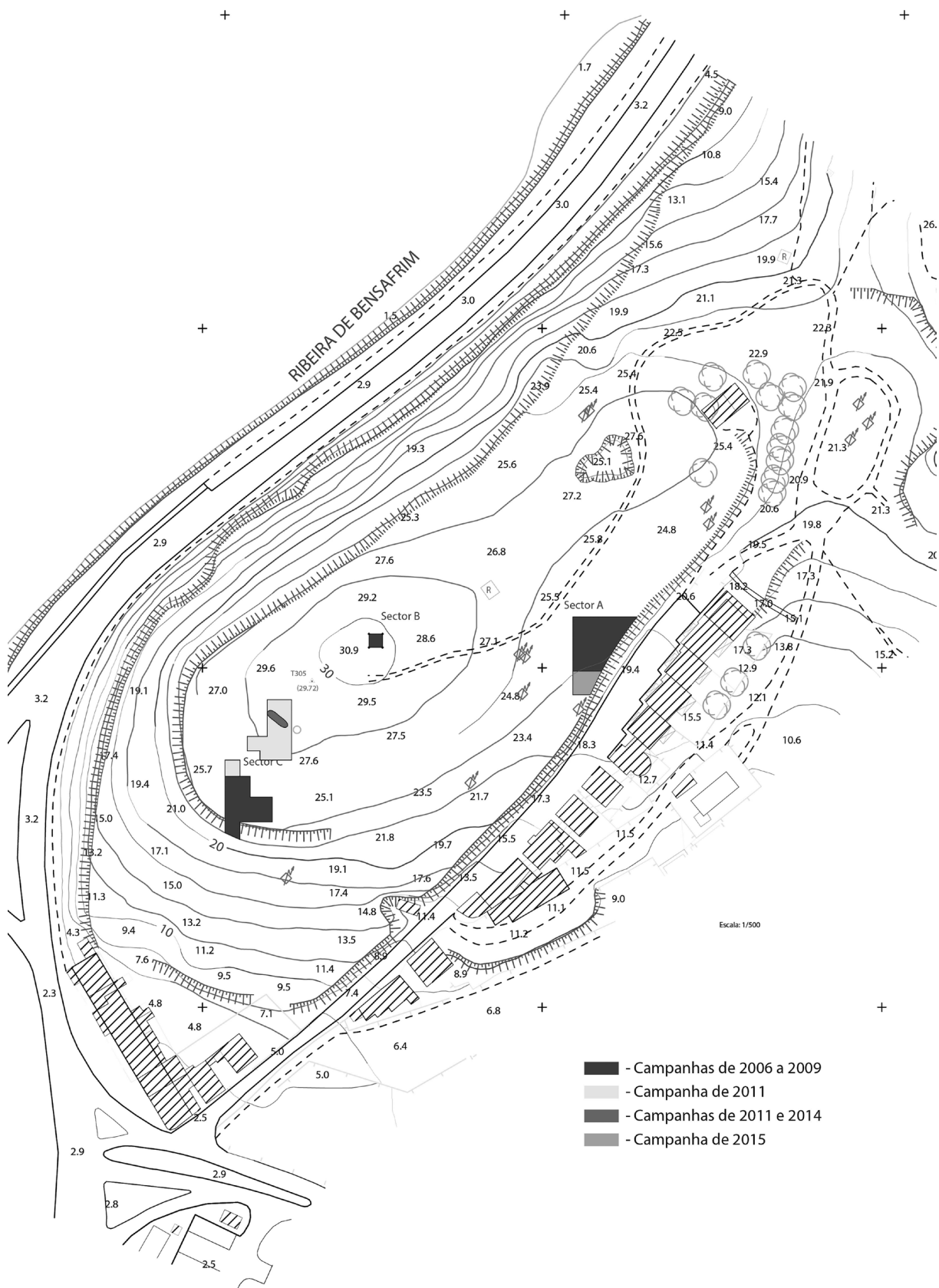
- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. e DUARTE, C. (2013): Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. 16, p. 243 – 275.
- BUSTAMANTE M. (2011): Nuevas consideraciones cronológicas en torno a la producción de paredes finas emeritenses. *Zephyrus*. LXVII, pp. 161 - 170.
- DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. M. (1975) - Les sigillées. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. (dir.) - *Fouilles de Conimbriga*. 4. Paris: Diffusion E. De Boccard.
- DETRY, C. e ARRUDA, A. (2013): A fauna da Idade do Ferro e época romana de Monte Molião (Lagos, Algarve): continuidades e rupturas na dieta alimentar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15: 215-227.
- ETTLINGER, E.; HEDINGER, B.; HOFFMANN, B.; KENRICK, P.; PUCCI, G.; ROTH RUBI, K.; SCHNEIDER, G.; SCHNURBEIN, S. V.; WELLS, C. M. e ZABEHLICKY-SCHEFFENEGGER, S. (1990) - *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GmbH.
- FONSECA, C. (2004): A terra sigillata do fundeadouro de Tróia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 7:1; p. 421-449
- MORAIS, R. (2005): *Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial. Bracara Augusta*. Escavações arqueológicas, 2. Braga. 2 vols.
- MORAIS, R.; CARVALHO, P. (2010) – *Terra Sigillata* de tipo itálico. In ALARCÃO, J.; CARVALHO, C.; GONÇALVES, A. (coord.) – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. p. 139- 151.
- MUCCIOLI, M. (2015): *L' insieme di monete di Monte Molião: o conjunto numismático de Monte Molião*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre. Fotocopiada ou policopiada
- OCK - OXÉ, A., COMFORT, H. e KENRICK, P. (2000): *Corpus Vasorum Arretinorum. A Catalogue of the signatures, shapes and chronology of Italian sigillata*. Second edition completely revised and enlarged. Bonn: Rudolf Habelt GmbH. (Antiquitas. 3, 41).
- PEREIRA, C. e ARRUDA, A. (2016) - As lucernas romanas do Monte Molião, Lagos, Portugal. *SPAL*. 25: 150-181.
- QUARESMA, J. C. (2012): *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa: UNIARQ, 4.
- SANTOS, B. (2015): A Terra Sigillata e a cerâmica de cozinha africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa). Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre. Fotocopiada ou policopiada.
- SEPÚLVEDA, E.; AMARO, C. (2007): Casa dos Bicos 25 anos depois – Marcas de oleiro em terra sigillata. *Al-madan*. Almada. 2:15, pp. VIII- 1 a 9 (adenda electrónica).
- SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2000) – Cerâmicas Romanas do lado Ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 1: a Terra Sigillata. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 3:2, Lisboa, p. 119-152.
- SILVA, P. (2010) - *A terra sigillata da oficina de salga 1 de Tróia: contextos de escavações antigas (1956-1961) e recentes (2008-2009)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre. Fotocopiada ou policopiada
- SILVA, R. B., (2012) - *As marcas de oleiro na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor. Fotocopiada ou policopiada

- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2013): A cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião (Lagos). In *Arqueologia em Portugal. 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 651-659.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2014): A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião (Lagos). *Onuba*. Huelva, 2, p. 55-90.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (*no prelo*): A cerâmica de paredes finas de Monte Molião (Lagos, Portugal). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*.
- VIEGAS, C. (2003): *Terra sigillata* da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 26.
- VIEGAS, C. (2011): *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ, 3.
- VIEGAS, C. (2014): *Terra Sigillata* Imports in Salacia (Alcácer do Sal, Portugal). *Rei Cretariae Romanae Fautorum*. Acta 43. Bonn. p.755-764
- VIEGAS, C.; ARRUDA, A. (2013): Ânforas romanas de época imperial de Monte Molião (Lagos): as Dressel 20. *Arqueologia em Portugal, 150 anos: 727-735*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- VIEGAS, C.; ARRUDA, A. (2014): A cerâmica de cozinha africana e as suas imitações em Monte Molião (Lagos, Portugal). In R. MORAIS; A. FERNANDEZ; M. J. SOUSA (Eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Porto: Faculdade de Letras. Monografias Ex Officina Hispana II, p. 249-260.





**Fig. 1:** Localização de Monte Molião, Lagos.



**Fig. 2:** Localização dos diferentes sectores intervencionados em Monte Molião, Lagos.





Fig. 3: O Sector A no final da campanha de 2016.

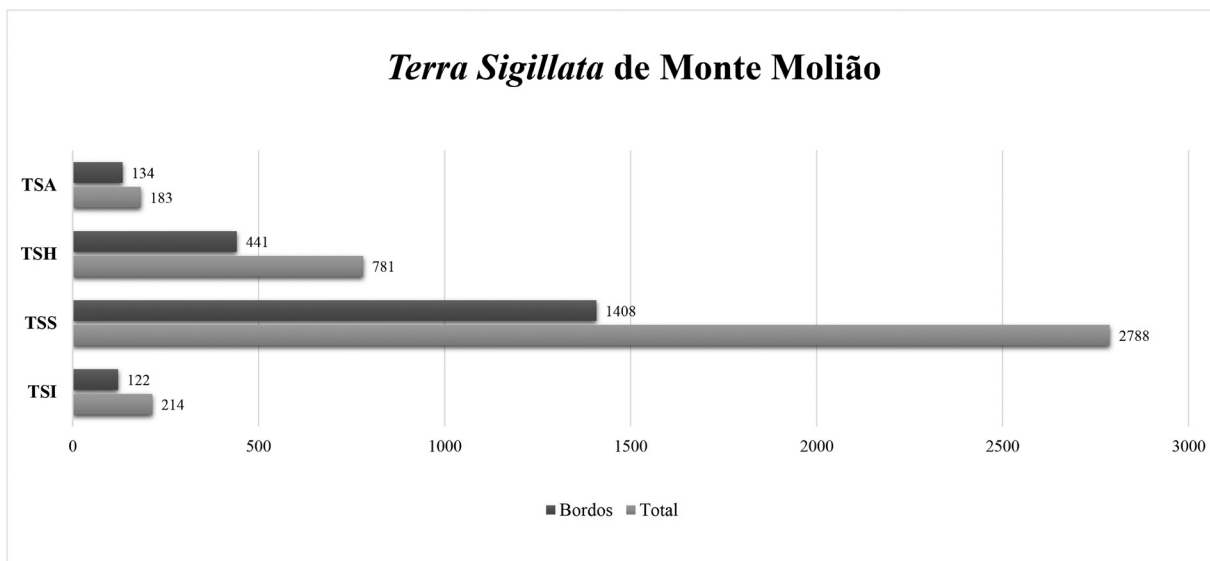


Fig. 4: Distribuição dos vários tipos de Terra Sigillata de Monte Molião.

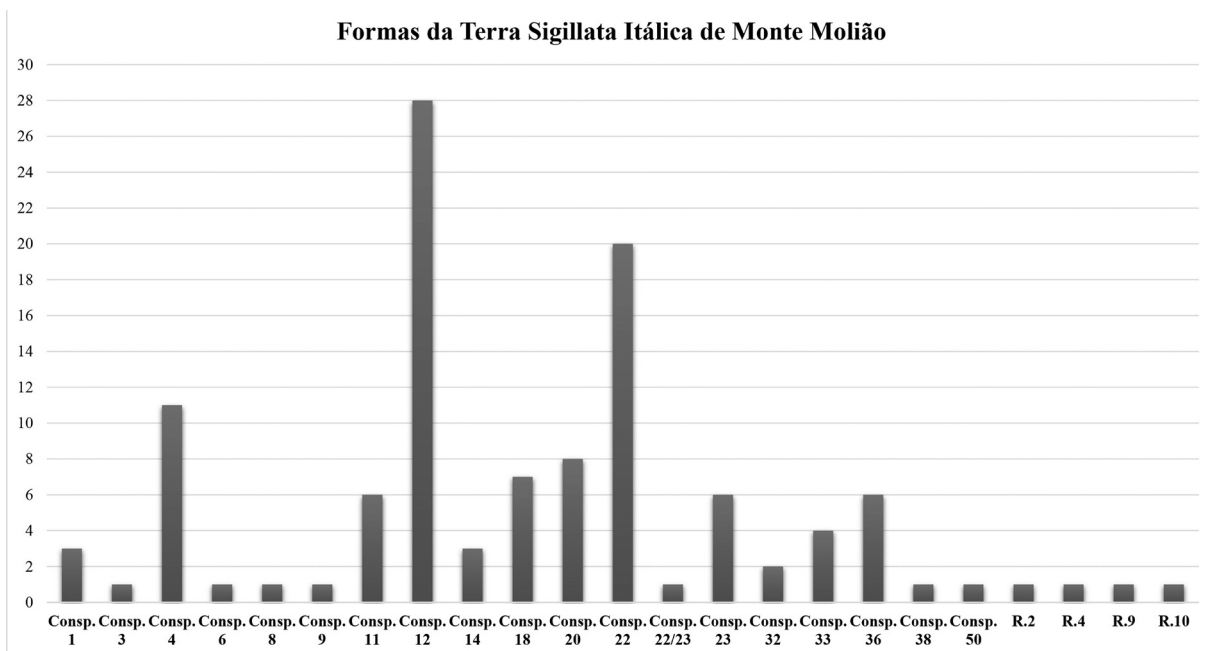
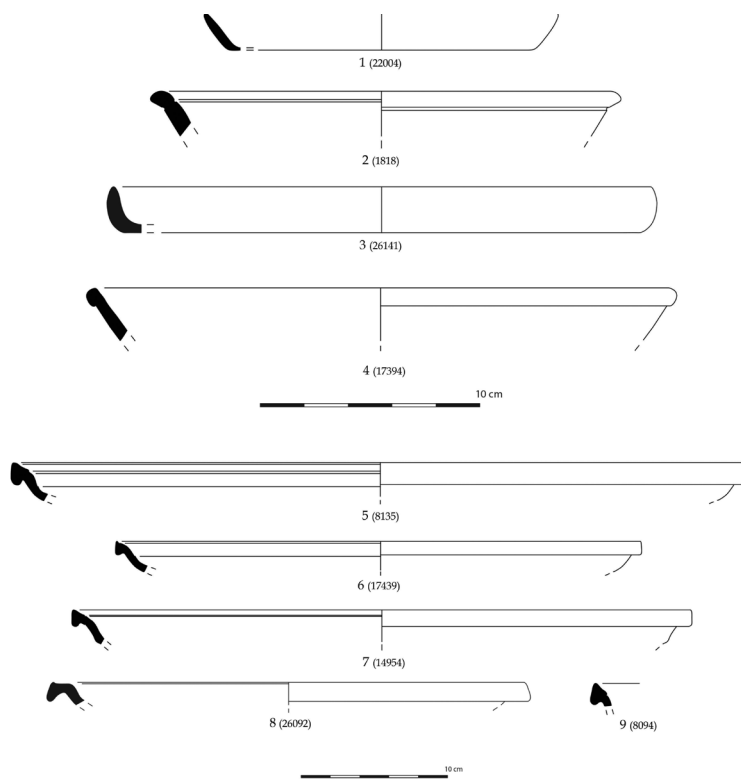
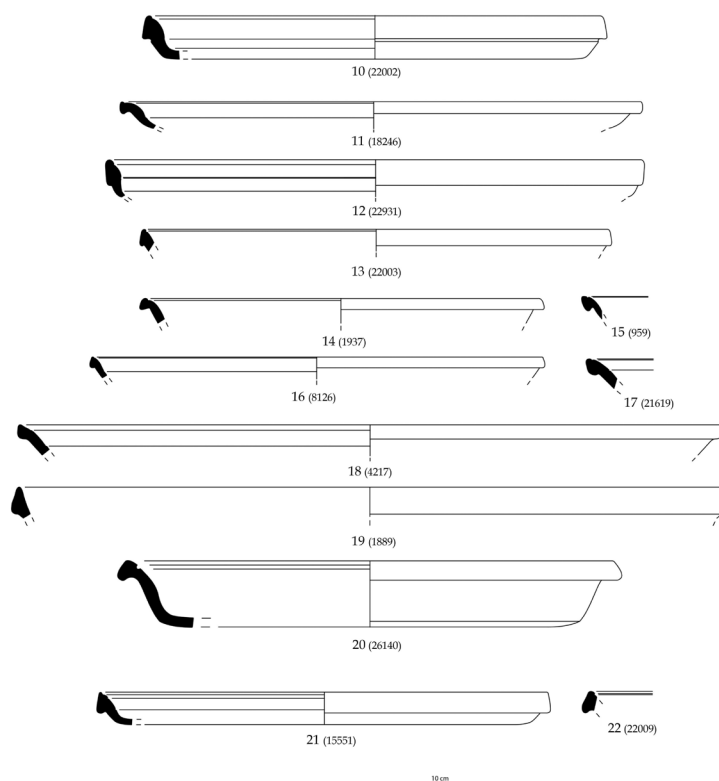


Fig. 5: Distribuição morfológica da Terra Sigillata Itálica de Monte Molião.



**Fig. 6:** n° 1 Conspectus 1; n° 2 Conspectus 3; n° 3 Conspectus 4; n° 4 Conspectus 8; n° 5-9 Conspectus 11.



**Fig. 7:** n° 10- 22 Conspectus 12.

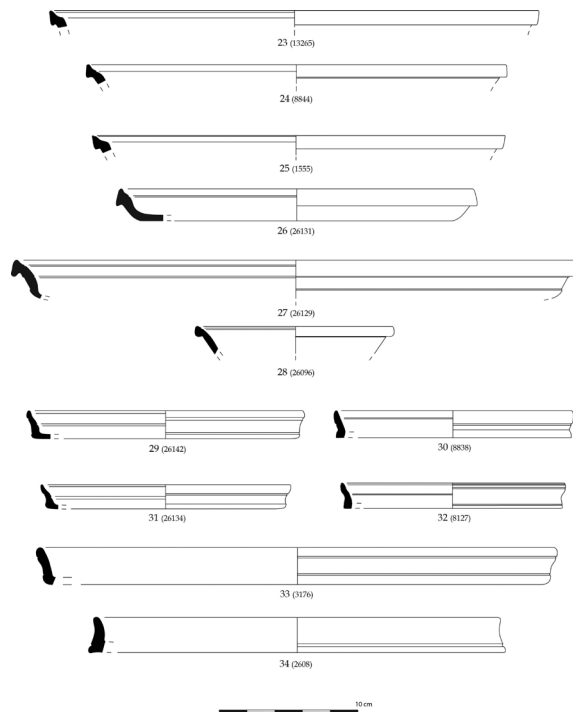


Fig. 8: nº 23- 27 Conspectus 12; nº28 Conspectus 14; nº 29- 34 Conspectus 18.

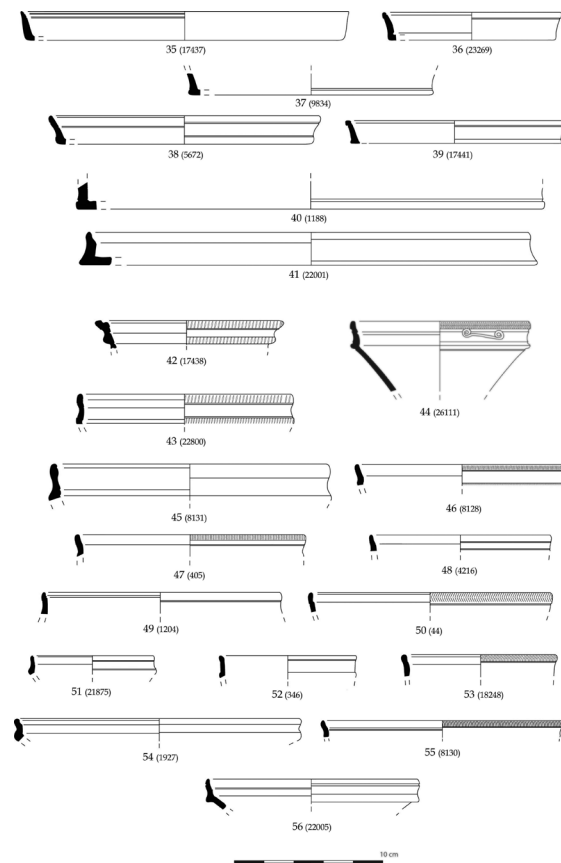
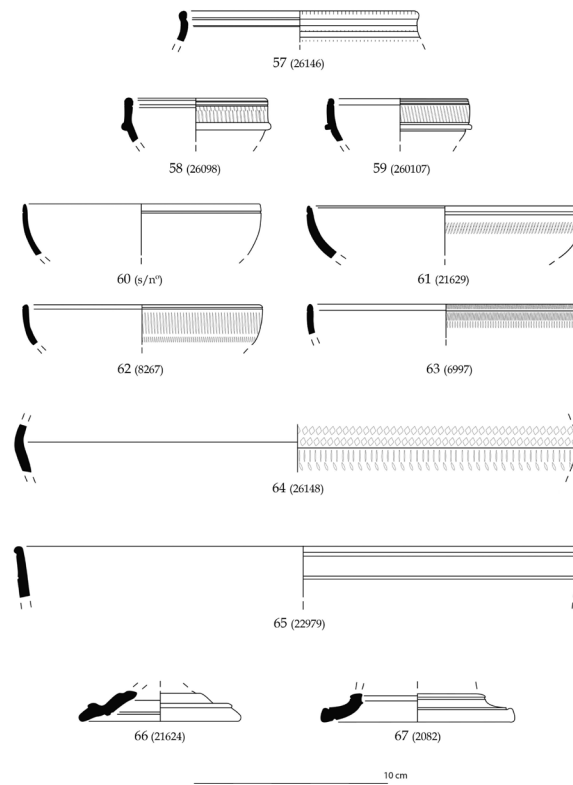
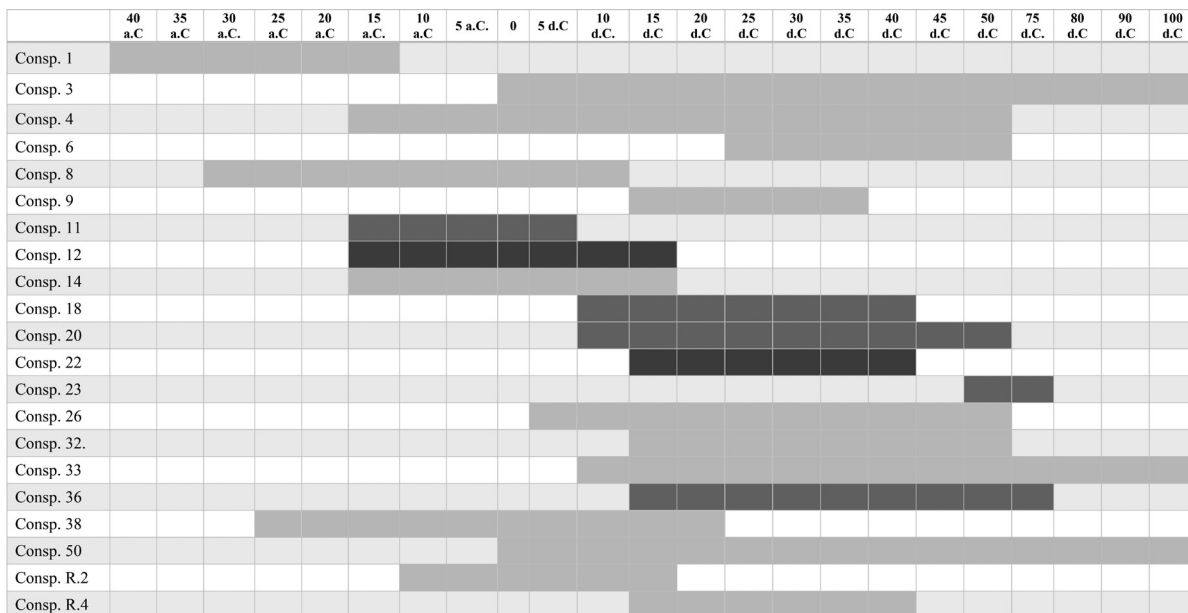


Fig. 9: nº 35- 41 Conspectus 20; nº 42- 55 Conspectus 22; nº 56 Conspectus 23.



**Fig. 10:** nº 57 Conspectus 23; nº 58-59 Conspectus 33; nº 60- 63 Conspectus 36; nº 64 Conspectus 38; nº 65 Conspectus 50; nº 66 Conspectus R.2; nº 67 Conspectus R. 9.



**LEGENDA:**  
 - 0 a 5 peças  
 - 5 a 10 peças  
 - 10<

**Fig. 11:** Cronologia das formas de Terra Sigillata Itálica do Monte Molião.